Artefactum
Revista de estudos em Linguagens e Tecnologia

AS MÚLTIPLAS MORADAS DO SABER NA CIBERCULTURA

Áureo Guilherme Mendonça
aureo.guilhermemendona48@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/2172598678026175

RESUMO

As práticas educacionais predominantes em nosso país e mesmo na maioria do nosso planeta já representam um espólio fossilizado em que seus sintomas básicos apontam para a necessidade de repensarmos toda a sua estrutura a partir da dinâmica da cibercultura. As novas tecnologias de informação passam a ter um papel proeminente nesse debate e negá-las pode significar a perda da oportunidade de sobrevivência do sistema educacional mesmo que em novos moldes. As experiências bem sucedidas nesse campo são a melhor prova dessa assertiva.

Palavras-chave: educação; cibercultura; novas tecnologias.

Já conhecemos bem as mazelas dos sistemas educacionais que operam na maior parte deste nosso planeta: currículos rígidos ou mesmo quando são mais abertos acabam por restringir as possibilidades de mudanças estruturais. O espaço quase sempre é o do confinamento nas salas de aula, com a presença magnânima do professor recitando a matéria para turmas majoritariamente desinteressadas. As avaliações são projetadas sobre os textos de livros didáticos de qualidade questionável e não em torno de temas que tenham sido resultado de pesquisa sob orientação docente. A própria História do pensamento pedagógico no Brasil não parece ter ressonância sobre essa realidade desconcertante, haja vista que uma figura tão emblemática como Paulo Freire tenha fragmentos de seus textos afixados em locais de grande circulação das escolas e, paradoxalmente, o cotidiano letivo dessas instituições não parece preocupado em praticar as sugestões pedagógicas de Freire.

A situação se agravou ainda mais com a disseminação da web, pois a escola que já vinha em uma ação crescente de defasagem com o processo de transformações sociais perde agora o fio de Ariadne e não parece perceber que está completamente perdida nos descaminhos de Dédalo. Instituição ainda analógica em um tempo primordialmente digital. A presença de laboratórios de informática na maioria das escolas

parece confirmar ainda mais essa questão, porque fica difícil a utilização de mecanismos digitais quando raciocinamos ainda de forma analógica. Os computadores que deveriam estar no eixo dos planejamentos pedagógicos são na realidade meros suplementos de algumas atividades didáticas. Para reforçar essa ideia ainda temos a ausência da internet ou sua existência bastante escassa, impossibilitando a realização de projetos que queiram fazer uso do ciberespaço. Computadores só para uso off-line representam um grande desperdício, pois seu campo mais rico são exatamente as infovias com seu universo infinito de informações. Existe um receio de parte dos educadores de perderem o controle sobre os alunos caso a internet passe a ser utilizada de forma corrente. Como evitar que os alunos tenham acesso a determinados conteúdos? O formato cartesiano do ideário da escola impede que a maioria dos educadores consiga enxergar os benefícios que o uso da internet poderia trazer ao processo de aprendizagem. Acabam todos reféns de velhas e carcomidas propostas pedagógicas.

Em todo esse contexto ainda temos o polêmico conceito de “inclusão digital” que não consegue abarcar os propósitos que realmente busquem uma autonomia dos sujeitos diante das tecnologias de informação e comunicação (TICs) porque os discursos quase sempre quando citam a inclusão pensam em suas possibilidades de expansão no âmbito do puro conhecimento dos meios digitais sem avançar para questões que possam assegurar de fato o domínio sobre as TICs. Neste estudo iremos trilhar o caminho (em alinhamento com Bonilla, Pretto, Cazeloto) de utilizarmos esse conceito por falta de um mais adequado aos nossos propósitos, porque consideramos fundamental o estabelecimento desse primeiro passo como premissa para alcançarmos propostas mais condizentes com uma internet de efetiva participação popular, se aproximando da noção de “ágora pública” muito bem formulada por Manuel Castells.

Feitas essas observações iniciais, podemos agora partir para nossa discussão central: as amplas possibilidades de construção do conhecimento em rede e como as escolas tradicionais podem se beneficiar desses meios digitais. Já se transformou em senso comum o adágio de que a internet, especialmente a partir da década de 90, representa um universo infinito de informações e que os internautas tem à sua disposição todo esse material para uso pessoal ou de seu grupo. O contraponto disso também já é

senso comum: toda essa surpreendente gama de informações necessita ser filtrada para uso, como na metáfora da água que só pode ser bebida depois de devidamente tratada. Mas o que verificamos é um consumo desproporcional dessas informações sem praticamente nenhum critério pela maioria dos usuários da web.

Nesse momento partimos para uma discussão que considero primordial: as mudanças na concepção do conceito de mídia a partir da emergência do mundo digital. Todos sabem que as mídias tradicionais (jornais, rádio, TV) sempre tiveram uma relação dominante diante de seu público e que a internet trouxe a oportunidade do receptor das informações se transformar também em emissor, quebrando um circuito que já se considerava inexpugnável. Também sabemos que essas velhas mídias estão tendo que se adaptar às novas condições digitais, a quantidade de jornais impressos que vem falindo em todo o mundo é uma prova cabal dessa afirmação. A crise do New York Times é o melhor exemplo internacional e o término da fase impressa do Jornal do Brasil que hoje só existe on line, é o nosso caso mais emblemático. E os jornais que ainda permanecem com sua versão impressa estão quase todos amargando graves crises superadas muitas vezes com grandes dificuldades. Resultado óbvio: a ampliação crescente da cibercultura tem provocado mudanças substanciais na velha imprensa que tem procurado se adaptar às novas condições para garantir sua sobrevivência.

Retomemos o ponto em que afirmamos que “a internet trouxe a oportunidade...”, sim porque o uso desses novos meios depende da forma como nos relacionamos com eles, não existe nada de automático e muito menos de mágico, somos na rede o que decidirmos ser e, infelizmente, a maioria dos usuários da rede ainda mantém uma atitude de receptor passivo e mesmo quando assumem a qualidade de emissor é para manifestações que não alteram essa configuração ao se manterem no patamar de uma discussão que não busca interferir nos processos de gestão do ciberespaço.

> A arquitetura do ciberespaço propõe uma estrutura diferenciada para gerar a informação, as paredes virtuais também foram percebidas e estão em constante ebulição. John Perry Barlow complementa a ideia de liberdade na era da comunicação digital com os preceitos da fronteira eletrônica e sua luta para não deixar ninguém interferir no conteúdo da rede. Barlow (2007) preconiza que ninguém, nem o governo, deve ter domínio soberano pela internet e que as ideias não podem ser consideradas propriedade privada. E acrescenta que as leis de *copyright* são o novo imperialismo. (PRADO, 2011, p. xviii)

Essa é uma questão fundamental, pois o sistema já está ocupando um vasto domínio no ciberespaço e busca restringir a liberdade de ação dos usuários comuns. Reconhecer isso já é um primeiro passo no sentido de garantir nossa atuação em rede. E isto é uma luta que temos a obrigação de travar, pois significa assegurar direitos de livre circulação e manifestação que correm sérios riscos com os avanços do poder econômico. As verdadeiras questões acerca da democracia tem seu embate fundamental, hoje, no ciberespaço. O caso bombástico do WikiLeaks e seu principal articulador, Julien Assange, é uma confirmação de que vivemos um clima de guerra quando o assunto é a liberdade de expressão na rede e os direitos a termos nossa privacidade garantida. Premiado por várias instituições internacionais por sua luta por uma internet livre e sem vigilância de instituições oficiais, ele é, entretanto, perseguido pelo sistema que o considera *persona non grata,* tendo se refugiado na Embaixada do Equador em Londres para evitar a deportação para os Estados Unidos onde é acusado de crime de espionagem via internet. O principal lema de Assange é a luta pela privacidade das informações dos cidadãos do planeta e a garantia de transparência da vida de todos os governos, afinal o cidadão necessita estar informado sobre o que seus governantes vêm praticando em seu cotidiano administrativo.

> A ideia não era que as pessoas deveriam simplesmente reclamar da intensificação da vigilância por parte do Estado e coisas assim, mas que nós podemos – na verdade devemos -, construir as ferramentas de uma nova democracia. Podemos efetivamente cria-las com a nossa mente, distribuí-las aos outros e nos envolver na defesa coletiva. A tecnologia e a ciência não são neutras. Existem formas específicas de tecnologia que podem nos dar esses direitos e liberdades fundamentais que diversas pessoas passaram tanto tempo desejando. (ASSANGE, 2013, ps. 150/151)

Refletir sobre as formas de produção do saber na web passa necessariamente por essa discussão levantada por Assange, porque necessitamos em primeiro lugar garantir um ambiente livre e democrático para que as informações não fiquem reféns dos interesses dos grandes oligopólios e nós tenhamos acesso apenas nos limites do permitido pelo sistema. De certa forma isto já ocorre quando autorizamos os termos de acesso dos diversos aplicativos que baixamos em nossos aparelhos. Nossa liberdade de ação na web depende das atitudes que venhamos a tomar enquanto coletividade ativa.

Quando resolvemos criar o projeto “As novas mídias como transformadoras do campo educacional” essas discussões já tinham sido feitas em nosso grupo de pesquisa o GEPAT (Grupo de Estudo e Pesquisa em Arte e Tecnologia), sabíamos que era necessário atentarmos para esse contexto como pré-requisito para avançarmos e tivemos como foco o envolvimento de professores e alunos do IMERO (Instituto Municipal de Educação de Rio das Ostras) para avaliarmos essa competência da web como dinamizadora da aprendizagem.

Agora vamos elencar algumas dessas questões que temos trabalhado junto a esse projeto. A primeira diz respeito aos meios tecnológicos em si mesmos, o Instituto conta com um Laboratório de Informática pouco utilizado, com uma internet muito fraca e oscilante. Poucas experiências foram narradas com o uso de aparelhos móveis, especialmente celulares, que, sem escapar ao senso comum, era considerado como um vilão a ser combatido. Em uma de nossas oficinas exercitamos as várias formas de como os celulares podem ser trabalhados despertando o interesse de todos pela pesquisa. Alguns aplicativos especialmente criados para celular podem transformá-lo em um equipamento notável para a produção de conhecimento. Ao mesmo tempo temos mais um fator que favorece o uso desses aparelhos, a maioria dos alunos, especialmente do ensino médio e superior, possuem celulares que se tornou um equipamento mais acessível nos últimos anos e não há necessidade de serem tão high tech, aparelhos mais antigos são perfeitamente aproveitáveis. Enfim, o celular é um meio excelente para termos acesso aos mecanismos de produção do saber e com baixo custo.

Um outro fator importante é buscarmos o máximo de autonomia possível conforme já vimos antes e saber usar o sistema do software livre é um expediente fundamental para alcançarmos esse objetivo. Quando falamos antes em escaparmos do controle dos oligopólios estava inscrita subliminarmente a ideia do software livre, que representa o desejo de produzirmos o saber a partir de plataformas próprias sem a ingerência de proprietários regulando nossas atividades criativas.

> O software livre, como instrumento de luta contra os monopólios corporativos da cultura, pode se aproximar dos movimentos sociais que tentam superar o paradigma distributivo, uma vez que não objetiva apenas a redistribuição de recursos, mas sobretudo a ampliação do poder de grupos até então excluídos daqueles recursos e,

> consequentemente, também da definição de seus usos. (FERREIRA e ROCHA, in MACIEL e ALBAGLI, 2011, p. 323).

Sabemos o quanto é mais cômodo continuarmos utilizando as plataformas convencionais, o nosso corpo parece que já se amoldou confortavelmente aos seus estímulos, mas necessitamos começar a pensar no uso de alternativas como o Linux que é muito mais apropriado para o uso dos softwares livres, além de possuir outras vantagens como o custo (zero) e maior capacidade de se proteger contra os processos convencionais de vigilância de nossos dados pessoais. Também podemos fazer uso alternado dos dois sistemas, quando estivermos criando e/ou aprendendo usamos o Linux e quando formos frequentar as redes sociais retornamos ao Google e similares. De qualquer forma repensarmos esse nosso cotidiano pode ser uma experiência muita rica para a nossa vivência digital.

Uma experiência muito proveitosa foi uma visita que fizemos à Nave (Núcleo Avançado em Educação) no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, como parte desse nosso projeto no ano passado (2014). Esse programa é fruto de uma parceria entre a Secretária de Estado de Educação e a Oi Futuro (atualmente essa experiência também está sendo desenvolvida em uma escola do Recife nos mesmos moldes do Rio). A nossa intenção era mostrarmos a alunos e professores que o uso das tecnologias de informação nas instituições de educação formal é viável, que não estamos trabalhando com nenhuma categoria fantasiosa, muito embora concordemos que o campo do imaginário é fundamental para avançarmos para além do universo platônico das regras. O resultado dessa excursão foi fantástico porque todos puderam conviver por algumas horas com um projeto bem sucedido que tem a informática como eixo de seu planejamento escolar. Esse bom desempenho pode ser comprovado pela escolha feita pela Microsoft, em 2009, incluindo a Nave como uma das trinta escolas mais inovadoras do mundo e em 2010 foi eleita “Mentora” dentro do Programa de Escolas Inovadoras da Microsoft, conforme sinalizado no site da instituição.

Finalmente, chegamos ao ponto em que necessitamos trazer ao palco um protagonista fundamental para essa nossa narrativa, já mencionado acima: a força do imaginário, especialmente quando cada vez mais virtual e real se mesclam nesse espaço rizomático da cibercultura. Ao valorizarmos o imaginário estamos propondo novas

relações no campo do saber, superando o círculo estreito do cartesianismo. Fazer aflorar o sensível que pode captar sinais invisíveis ao pensamento estritamente racional.

> É necessário romper com o aprisionamento de nossas certezas dogmáticas, com o enclausuramento de nossas seguranças teóricas, o umbiguismo de nossas pretensões cientificistas. Por que não aceitar a hipótese, corroborada empiricamente pelas histórias humanas, que, depois de ter sido fecundo, um paradigma pode tornar-se infecundo? (MAFFESOLI, 2012, p. 111)

A web nos traz essa possibilidade de reencantamento do próprio saber, a educação pode ser compartilhada a qualquer momento no ciberespaço e a cada dia nos sentimos mais desafiados para realizar novas descobertas. Nossos corpos vêm atravessando grandes transformações a partir de nossa interação com o universo maquínico. Não somos mais os mesmos seres desencantados do modernismo, o cotidiano tem nos tocado com veemência e nossas buscas se dão também no âmbito de uma nova forma de encadeamento do coletivo. Necessitamos apenas saber nos apropriar dessa tecnologia para juntos produzirmos novos saberes e novos modos de viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSANGE, Julian. **Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet.** São Paulo: Boitempo, 2013.

BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. **Inclusão digital: polêmica contemporânea.** Salvador: EDUFBA, 2011. V. 2.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CAZELOTO, Edilson. **Inclusão digital: uma visão crítica.** São Paulo: Ed. Senac SP, 2008.

JOHNSON, Steven. **Cultura da interface: como o computador transforma a nossa maneira de criar e comunicar.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita. **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social.** Rio de Janeiro: Garamond, 2011. Forense Universitária, 2012.

PRADO, Magaly. **Webjornalismo.** Rio de Janeiro: LTC, 2011.

SOBRE O AUTOR:

Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense e em Pedagogia pela Fundação Rosemar Pimentel, Mestrado em História e Crítica de Arte na Escola de Belas Artes da UFRJ, Doutorado em Literatura Comparada pela UFRJ. É coordenador do GEPAT (Grupo de Estudo e Pesquisa em Arte e Tecnologia) e professor adjunto do Curso de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense no campus de Rio das Ostras.